

12 JUL 1991

Carlos Chagas

Modernidade, mas nem tanto

Economia - Brasil

CORREIO BRAZILIENSE

Nem pacotes, nem dolarização, muito menos choques na economia, é o que garante o ministro Marcílio Marques Moreira, de volta dos Estados Unidos. Aliás, era o que dizia antes de embarcar para Washington e Nova Iorque, ou seja, seu diálogo com o governo americano nada tem a ver com a política econômica aqui desenvolvida. Em março, quando sucedeu Zélia Cardoso de Mello, Marcílio foi alvo de alguns patrulheiros, aqueles de sempre, cheios de preconceitos e idiossincrasias absurdas. Para eles, com a designação de um antigo banqueiro e embaixador do Brasil nos EUA, estava o presidente Collor entregando a economia às multinacionais. Não faltou quem, a partir daí, entoassem loas atrasadas à ex-ministra, tornada da noite para o dia em muralha do nacionalismo. Murada derrubada, por sinal.

Pois não é nada disso. Marcílio, é claro, fala da nova política econômica com qualquer interlocutor. Mesmo os americanos, expõe a importância da modernidade e da adaptação do Brasil a certas regras do mundo atual, mas em nenhum momento pede licença ou procura concordâncias.

Tem noção precisa do que é modernidade em países como o nosso,

abaixo da linha do Equador. Aqui, o papel do poder público permanece fundamental, não apenas como agente regulador das atividades econômicas, mas, em especial, como gerador da justiça social. Se aceita a privatização de empresas estatais que pouco ou nada têm a ver com as atividades fundamentais do Estado, no reverso da medalha procura deixar bem claro que o poder público deve atuar profundamente na educação, na saúde, na alimentação, moradia e transportes. Sem que esses setores precisem ser estatizados, sustenta que as linhas-mestras de cada um devem ser dadas pelo poder público. E mais. Defende a função social da empresa privada, ou seja, a necessidade de encargos fundamentais que o capital particular tem que assumir.

O único assunto que é levado além de nossas fronteiras para busca de soluções comuns é o da dívida externa. O princípio maior é o de que, se pegamos emprestado, precisamos pagar. Pagar não conforme pretendem ou exigem os credores, mas, também, segundo nossos interesses e nossas disponibilidades. A frase meio maliciosa de Tancredo Neves ainda serve para balizar a equação: só não se paga a dívida externa com a miséria do povo.

A nova política econômica está longe de conclusões, já que mal se iniciou. Pode dar certo, como poderá, também, esboroar-se numa dessas bombas de retardamento deixadas ao longo de seu percurso. Como se comportará a economia a partir do momento em que começarem a ser devolvidos os cruzados novos retidos? Aumentará o consumo? Elevar-se-ão os preços não apenas dos supérfluos, mas dos gêneros e produtos de primeira necessidade?

Deve vir coisa por aí. Provavelmente algum atrativo maior para que a poupança do cidadão possa continuar onde está. A inflação mensal ameaça romper a barreira dos dois dígitos e, sob nenhuma hipótese, poderá elevar-se em espiral. Mas a meta da inflação zero, ilusória, há muito que foi abandonada. Em paralelo, o fantasma da recessão precisa ser exorcizado o mais depressa possível. Há que cuidar da retomada do crescimento, mesmo lenta e gradativa. A criação de novos empregos inserir-se como peça principal. Em suma, para os que apostavam no atrelamento da economia brasileira a interesses externos, eis a resposta: zero.

■ Carlos Chagas é jornalista e professor da UnB